

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2008

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

**Senhores Acionistas,**

A exemplo dos exercícios anteriores, a TELEBRÁS, no decorrer do exercício de 2008, deu continuidade à execução das ações essenciais ao seu funcionamento, considerando a situação da Empresa sem ativos operacionais.

No intuito de oferecer, de forma transparente, aos acionistas e aos demais interessados, relate-se, a seguir, em destaque pela sua relevância, o encaminhamento e a atualização dos assuntos a ela associados:

## 1 - ATIVIDADES DA EMPRESA

Cabe destacar que a Empresa continua ativa, conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis.

## 2 – FINANÇAS

### • Estrutura patrimonial e financeira

A Empresa encerrou o exercício de 2008, conforme quadro abaixo, com Patrimônio Líquido no montante de R\$ 3,8 milhões. O Passivo a Descoberto em 2007 era de R\$ 163,6 milhões. Essa diferença decorreu do aporte de recursos para aumento de capital, conforme Nota Explicativa nº 15 e do aumento de prejuízo de R\$ 7,6 milhões, derivado principalmente da apropriação de despesas com provisões e encargos financeiros referentes a contingências judiciais e despesas com provisão para Programa de Serviços Prestados – PISP.

R\$ milhões

Rubricas	EXERCÍCIOS										
	2008			2007			2006			2005	
	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%	R\$	V%
<b>Ativo circulante</b>	<b>293,2</b>	<b>69,2</b>	<b>189,2</b>	<b>101,4</b>	<b>44,1</b>	<b>( 8,6)</b>	<b>111,0</b>	<b>47,2</b>	<b>(35,2)</b>	<b>171,4</b>	<b>58,6</b>
Realizável longo prazo	130,4	30,7	1,7	128,2	55,8	3,4	124,0	52,8	2,4	121,1	41,4
Imobilizado/Intangível	0,3	0,1	-	0,3	0,1	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>130,7</b>	<b>30,8</b>	<b>1,7</b>	<b>128,5</b>	<b>55,9</b>	<b>3,4</b>	<b>124,0</b>	<b>52,8</b>	<b>2,4</b>	<b>121,1</b>	<b>41,4</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>423,9</b>	<b>100,0</b>	<b>84,4</b>	<b>229,9</b>	<b>100,0</b>	<b>(2,1)</b>	<b>235,0</b>	<b>100,0</b>	<b>(19,7)</b>	<b>292,5</b>	<b>100,0</b>
Passivo circulante	96,0	22,6	14,6	83,8	36,5	9,8	76,4	32,5	21,3	63,0	21,5
Passivo não circulante	324,1	76,5	4,6	309,7	134,7	3,9	298,0	126,8	173,6	108,9	37,3
<b>Total passivo</b>	<b>420,1</b>	<b>99,1</b>	<b>6,8</b>	<b>393,5</b>	<b>171,2</b>	<b>5,1</b>	<b>374,4</b>	<b>159,3</b>	<b>117,8</b>	<b>171,9</b>	<b>58,8</b>
P. líquido/ Passivo a descoberto/ Rec. para aumento de capital	3,8	0,9	102,3	(163,6)	(71,2)	17,4	(139,4)	(59,3)	(215,6)	120,6	41,2
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>423,9</b>	<b>100,0</b>	<b>84,4</b>	<b>229,9</b>	<b>100,0</b>	<b>(2,1)</b>	<b>235,0</b>	<b>100,0</b>	<b>(19,7)</b>	<b>292,5</b>	<b>100,0</b>

Tais dados refletem o resultado da ação da Administração em preservar a integridade do patrimônio da TELEBRÁS ao longo do tempo, sem deixar de adotar medidas necessárias recomendadas pelos princípios da boa gestão, especialmente adotando postura conservadora em promover o adequado provisionamento quanto às ações judiciais avaliadas com risco de perda provável sem deixar de comentar, em notas explicativas, as ações judiciais avaliadas com risco de perda possível.

- **Estrutura econômica**

R\$ milhões

Rubricas	EXERCÍCIOS			
	2008	2007	2006	2005
Receitas	17,2	18,6	28,6	36,3
Despesas	(49,0)	(42,8)	(288,6)	(28,1)
Resultado	(31,8)	(24,2)	(260,0)	8,2

Com relação ao resultado econômico do exercício, destacam-se, além das receitas e despesas normais de funcionamento no valor de R\$ 6,0 milhões, as despesas e encargos financeiros relativas às contingências judiciais no montante de R\$ 35,9 milhões e as despesas com a provisão do Programa para Indenização por Serviços Prestados - PISP no valor de R\$ 3,5 milhões.

As receitas obtidas com as aplicações financeiras, única fonte de recursos da Empresa após a cisão ocorrida em 22.05.1998, tem sido suficientes para a manutenção do funcionamento da TELEBRÁS.

No presente exercício foi apurado prejuízo de R\$ 31,8 milhões. Em decorrência da permanência de prejuízos acumulados, não sendo efetuado qualquer provisionamento para pagamento a título de dividendos aos acionistas e participação nos lucros aos empregados.

As demonstrações contábeis do exercício, assim como as respectivas notas explicativas e parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, são partes integrantes deste relatório.

- **Execução orçamentária**

Os esforços nesta atividade foram dirigidos ao gerenciamento dos recursos disponíveis e a realizar. Dentro deste contexto, mereceu especial atenção a gestão do orçamento controlado pelo Governo através do Programa de Dispêndios Globais – PDG/2008 o qual foi executado a contento dentro dos limites autorizados conforme sintetizado abaixo:

R\$ milhões

FONTES E USOS	REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO %
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	217,2	16,0	1.357,5
Receitas	17,2	16,0	107,5
Recursos para Aumento de Capital	200,0	-	-
<b>USO DE RECURSOS</b>	49,0	51,1	95,9
Dispêndios Correntes	49,0	51,1	95,9

- **Recuperação de impostos**

A TELEBRÁS possui tributos a recuperar da Receita Federal, no montante de R\$ 123,8 milhões em 31/12/2008, relativos a saldos de pedidos efetuados e a efetuar, referentes à restituição/compensação, conforme Nota Explicativa nº 5. Após várias gestões administrativas junto à Receita Federal do Brasil visando a agilização, homologação e recuperação dos mencionados tributos, a TELEBRÁS ingressou judicialmente em 07.06.2005, em desfavor da Fazenda Nacional, com ações de Restituição de Indébito relativos na sua maioria a saldos dos pedidos já efetuados. O ingresso na justiça teve o intuito de efetuar a transferência de seu objeto do âmbito administrativo para via judicial em razão da entrada em vigor da Lei Complementar nº 118, de 09.02.2005 que estabelece novas regras para extinção de crédito tributário.

- **Recursos para Aumento de Capital**

Houve um aporte de recursos pela União Federal na TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS para aumento de capital no montante de R\$ 200 milhões (duzentos milhões de reais), conforme Nota Explicativa nº 15.

### **3 - MERCADO**

Durante 2008 a TELEBRÁS municiou o mercado com informações e esclarecimentos sobre sua situação operacional, patrimonial e desempenho econômico-financeiro, a fim de possibilitar aos seus acionistas uma avaliação e acompanhamento sistemático de seus interesses, em conformidade com a Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários da TELEBRÁS.

- **Ações TELEBRÁS ON e PN**

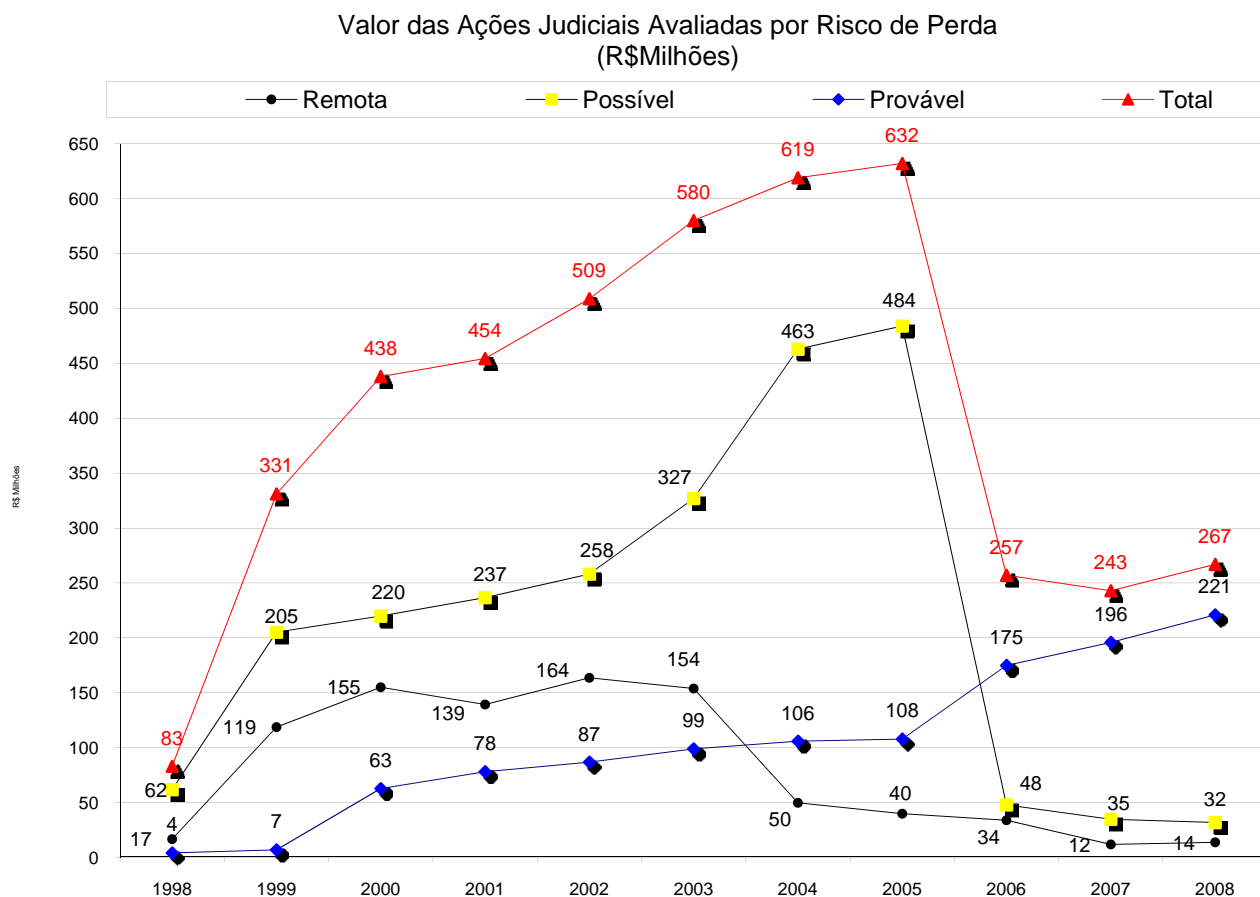
As ações ordinárias nominativas - ON e preferenciais nominativas - PN de emissão da TELEBRÁS vêm sendo negociadas regularmente na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4. Em 2008, foi registrado no mercado a vista um total de 232.203 negócios, envolvendo uma quantidade de 3,3 trilhões de ações e volume de recursos de R\$ 1.536,5 milhões. O preço médio durante 2008 foi de aproximadamente R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) por lote de mil ações ON e de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) por lote de mil ações PN. As ações escriturais ON e PN da TELEBRÁS permanecem custodiadas no Banco Real S.A.

### **4 - JURÍDICO**

O contencioso judicial, por ser item mais importante dos quantos administrados pelos gestores, dado seu reflexo no patrimônio da Empresa, tem merecido atenção especial por meio de acompanhamento permanente e avaliação sistemática dos processos, pelo Departamento Jurídico da empresa, conforme consta da Nota Explicativa nº 12, bem como de adoção, tempestiva, de providências exigidas no âmbito processual, bem como administrativamente.

A TELEBRÁS responde por ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, perante diversos tribunais, sendo que em 31.12.2008 figurava como ré em 1.103 ações, sendo 332 trabalhistas, 767 cíveis e 4 ações tributárias. Além disso, a TELEBRÁS é autora em 50 ações, perfazendo um total de 1.153 processos judiciais.

A seguir demonstra-se graficamente a evolução dos valores das ações judiciais, com expectativa de perda para a Empresa.



## 5 - RECURSOS HUMANOS

### • Quadro de pessoal

Durante o ano de 2008, houve uma redução de 14 empregados. O quadro a seguir demonstra a evolução do quantitativo de pessoal da empresa desde a cisão parcial da TELEBRÁS.

POSIÇÃO	EFETIVO TOTAL	TELEBRÁS SEDE	CEDIDOS À ANATEL & OUTROS	REDUÇÃO % Em relação a jul/98
31/07/1998	1.093	433	660	0,00
31/12/1998	713	118	595	34,77
31/12/1999	566	57	509	48,22
31/12/2000	372	13	359	65,96
31/12/2001	364	9	355	66,70
31/12/2002	376	9	355	65,60
31/12/2003	336	10	326	69,26
31/12/2004	317	12	305	71,00
31/12/2005	287	9	278	73,74
31/12/2006	263	8	255	75,94
31/12/2007	245	6	239	77,58
31/12/2008	231	4	227	78,87

- **Acordo coletivo**

O Acordo Coletivo de Trabalho com o SINTTEL-DF, relativo ao período de 01/12/2008 a 30/11/2009 foi aprovado pelo Ato de 15 de janeiro de 2009 da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS, publicado no Diário Oficial da União em 16/01/2009.

- **Fundação Sistel de Seguridade Social**

Conforme as características individuais mencionadas na Nota Explicativa nº 19 às Demonstrações Contábeis, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos: PBS-A, PBS – TELEBRÁS, PAMA, TELEBRÁSPREV.

## **6 - ADMINISTRAÇÃO**

- **Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003 - Auditoria Externa**

Com relação aos termos da Instrução CVM 381/03, a TELEBRÁS esclarece que no exercício de 2008 a UHY Moreira-Audidores somente prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis.

- **Uso da marca e logotipo da TELEBRÁS – Banco de Nova Iorque e Bolsa de Valores de Nova Iorque**

As medidas administrativas tomadas pela TELEBRÁS para que o The Bank of New York (“BNY”) deixasse de utilizar o nome TELEBRÁS relacionado ao título mobiliário HOLDR TBH (Telebrás Holdings), o qual vem sendo negociado desde 1998 na Bolsa de Valores de Nova Iorque, assim como em outras bolsas mundiais (exemplo: Bolsa de Valores de Frankfurt), fizeram com que o Banco de Nova Iorque mudasse o nome do título para Brazilian Telecom HOLDERS - HOLDR TBH. Em consequência desse uso indevido pelo BNY, tanto o nome como o logotipo da TELEBRÁS continuam sendo usados no site da Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) para identificar o título mobiliário **TBH (TELEBRAS HOLDERS)**.

A administração tem buscado solucionar a questão, inclusive, avaliando a possibilidade de ingressar com ação judicial para impedir a continuidade do uso da marca e do logotipo da TELEBRÁS. Tem sido identificados sérios obstáculos na lei americana que rege a matéria.

- **Administração geral**

No aspecto da documentação e memória histórica da TELEBRÁS, continua o trabalho de preparação do acervo documental para encaminhamento ao Arquivo Nacional. A etapa de eliminação de documentos aguarda as devidas autorizações, como consta na Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.

Cabe aqui registrar o reconhecimento de que os resultados alcançados são produtos do esforço e da dedicação de tantos quantos contribuíram e vem contribuindo para que a TELEBRÁS cumpra suas obrigações legais. Assim, os agradecimentos da Administração são dirigidos aos acionistas, ao Governo Federal, ao Ministério das Comunicações, aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Quadro Funcional e demais colaboradores.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b><u>31/12/2008</u></b>	<b><u>31/12/2007</u></b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	<b>4</b>	276.838	83.636
Tributos a Recuperar	<b>5</b>	2.818	2.544
Depósitos Judiciais	<b>7</b>	5.392	4.213
Outros Ativos Realizáveis	<b>8</b>	8.199	11.016
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b><u>293.247</u></b>	<b><u>101.409</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Tributos a Recuperar	<b>5</b>	123.807	118.375
Depósitos Judiciais	<b>7</b>	6.589	9.852
<b>TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b><u>130.396</u></b>	<b><u>128.227</u></b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>9</b>	<b>231</b>	<b>280</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>9</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b><u>130.648</u></b>	<b><u>128.528</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>423.895</u></b>	<b><u>229.937</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2007</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	10	5.356	4.927
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	36.711	35.944
Provisão para Contingências	12	9.677	5.847
Credores por Perdas Judiciais	13	12.182	14.094
Outras Obrigações	14	32.014	23.082
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>95.940</b>	<b>83.894</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			
Provisão para Contingências	12	211.059	190.677
Credores por Perdas Judiciais	13	113.056	118.942
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>324.115</b>	<b>309.619</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL E PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital Social	15	219.455	219.455
Prejuízos Acumulados		(414.704)	(382.920)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15	(800)	-
Ações em Tesouraria	15	(111)	(111)
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<b>(196.160)</b>	<b>(163.576)</b>
<b>RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL</b>	15	<b>200.000</b>	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL E PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<b>3.840</b>	<b>(163.576)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>423.895</b>	<b>229.937</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Receitas Operacionais</b>		<b>482</b>	<b>1.329</b>
Outras Receitas Operacionais	17	482	1.329
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(15.123)</b>	<b>(12.358)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	17	(6.048)	(6.589)
Provisão para Contingências	12	(3.901)	(2.652)
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	(3.539)	(2.230)
Impostos, Taxas e Contribuições		(225)	(68)
Perdas com Ações Judiciais	17	(1.410)	(819)
<b>Prejuízo Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(14.641)</b>	<b>(11.029)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(17.143)</b>	<b>(13.171)</b>
Receitas Financeiras	17	16.706	17.223
Despesas Financeiras	17	(33.849)	(30.394)
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b>(31.784)</b>	<b>(24.200)</b>
<b>Quantidade de ações em circulação por lote de mil</b>		<b>556.429.222</b>	<b>556.429.222</b>
<b>Prejuízo por mil ações (em reais)</b>		<b>(0,057)</b>	<b>(0,043)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto e Recursos para Aumento de Capital**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Recursos para Aumento de Capital	Total do PL/ Passivo a descoberto/ RAC
<b>Saldo em 31/12/2006</b>	<b>219.455</b>	<b>(358.720)</b>	<b>(111)</b>	-	-	<b>(139.376)</b>
Prejuízo do Exercício	-	(24.200)	-	-	-	<b>(24.200)</b>
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>219.455</b>	<b>(382.920)</b>	<b>(111)</b>	-	-	<b>(163.576)</b>
Prejuízo do Exercício	-	(31.784)	-	-	-	<b>(31.784)</b>
Ajuste de Valores Mobiliários	-	-	-	(800)	-	<b>(800)</b>
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	200.000	<b>200.000</b>
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>219.455</b>	<b>(414.704)</b>	<b>(111)</b>	<b>(800)</b>	<b>200.000</b>	<b>3.840</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – Método Direto

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de reais)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2008</b>
<b>Atividades operacionais</b>	
Juros recebidos sobre aplicação financeira (líquidos de retenção de IRRF e IOF)	7.717
Pagamento de pessoal, encargos e benefícios sociais	(1.573)
Pagamento por indenização de serviços prestados – PISP	(2.772)
Pagamento a fornecedores de materiais e serviços (incluem despesas diretas via caixa)	(3.901)
Pagamento de depósitos judiciais	(2.263)
Recuperação de depósitos judiciais - cisão parcial	6.824
Recuperação de depósitos judiciais - saldos remanescentes de processos encerrados	278
Recuperação de depósitos judiciais p/ quitação – (provisionados) - processos encerrados	3.137
Recup. de dep. jud. p/ quitação – (não provisionados/ajustados) - processos encerrados	1.828
Pagamento de conting. judiciais - princ. e enc. - (provisionados) – processos encerrados	(3.137)
Pagamento de cont. jud. - principal e enc. - (não prov./ajustados) – processos encerrados	(1.828)
Pagamento a pessoa jurídica por conta de acordo judicial – principal e variação monetária	(14.904)
Pagamento de diversos impostos, taxas e contribuições	(225)
Recuperação de adiantamentos a órgãos do Governo Federal	510
Pagamento de outros dispêndios	(504)
Recebimento por venda de ações (remanescentes do saldo cisão)	1.590
Recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros	264
Recuperação de tributos da Secretaria da Rec. Federal do Brasil – principal e juros SELIC	2.396
Pagamento de tributos por conta de terceiros (líquido de retenção de terceiros)	(14)
Outras Recuperações (líquidos de adiantamentos)	92
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(6.485)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>	
Pagamento da compra de equipamentos de informática e outros	(286)
Pagamento da compra de bens intangíveis	(27)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(313)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>	
Recebimento de recursos para aumento de capital	200.000
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>200.000</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes a caixa</b>	<b>193.202</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>83.636</b>
<b>Saldo final</b>	<b>276.838</b>
<b>Variação líquida da disponibilidade no final do exercício de 2008</b>	<b>193.202</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – Método Direto

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de reais)

**Conciliação do Resultado Líquido com o Caixa Líquido das Atividades Operacionais**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b><u>2008</u></b>
<b>Ajustes</b>	
Prejuízo do exercício	<b>(31.784)</b>
<b>Despesas / (receitas ) que não afetam o caixa</b>	<b>22.851</b>
Depreciação e amortização	61
Provisão p/ conting. cíveis e trabalhistas e credores judiciais – encargos financeiros	27.483
Tributos a recuperar – juros SELIC	(6.069)
Depósitos judiciais - rendimentos financeiros	(574)
Provisão de contingências cíveis e trabalhistas e ajustes	1.972
Outras despesas/receitas que não afetam o caixa	(22)
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais – circulante (c) e não circ. (nc)</b>	<b>5.061</b>
Impostos a recuperar - tributos federais - c	(274)
Depósitos judiciais – c	(1.179)
Ações destinadas a venda - c	1.598
Impostos a recuperar - tributos federais - nc	646
Depósitos judiciais – nc	3.850
Outros ativos circulantes	420
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais – circulante (c) e não circ. (nc)</b>	<b>(2.613)</b>
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas – c	3.829
Programa de indenização por serviços prestados – PISP - c	767
Outros credores - cisão parcial – c	10.114
Credores perdas judiciais – c	(1.912)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas – nc	(4.118)
Credores por perdas judiciais - nc	(10.841)
Outros passivos circulantes	(452)
<b>Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais</b>	<b>(6.485)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de reais)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2008</b>	
<b>1. Receitas</b>	<b>260</b>	
Outras receitas operacionais	260	
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.969)</b>	
Materiais diversos	(36)	
Energia, serviços de terceiros e outras despesas administrativas	(3.933)	
<b>3. Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>(3.709)</b>	
<b>4. Retenções</b>	<b>(61)</b>	
Depreciação	(56)	
Amortização	(5)	
<b>5. Valor adicionado líquido produzido (3+4)</b>	<b>(3.770)</b>	
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>16.928</b>	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	222	
Receitas financeiras	16.706	
<b>7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<b>13.158</b>	<b>100%</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8. Remuneração pelo trabalho</b>	<b>5.151</b>	<b>40%</b>
Honorários, salários e adicionais	1.045	<b>8%</b>
Encargos e benef. sociais (grat. férias, saúde, alimentação, etc.)	472	<b>4%</b>
F.G.T.S.	79	<b>1%</b>
Plano de aposentadoria e pensão – SISTEL	16	<b>0%</b>
Programa de indenização por serviços prestados – PISP	3.539	<b>27%</b>
<b>9. Contingências Judiciais – principal e variação monetária</b>	<b>18.441</b>	<b>140%</b>
<b>10. Contingências Judiciais – juros</b>	<b>17.422</b>	<b>132%</b>
<b>11. Outras obrigações – variação monetária</b>	<b>3.296</b>	<b>25%</b>
<b>12. Impostos, taxas e contribuições – governo federal e distrital</b>	<b>225</b>	<b>2%</b>
<b>13. Aluguéis de imóveis, veículos e equipamentos</b>	<b>407</b>	<b>3%</b>
<b>14. Prejuízo do exercício</b>	<b>(31.784)</b>	<b>(242)%</b>
<b>15. Valor adicionado distribuído (8+9+10+11+12+13+14)</b>	<b>13.158</b>	<b>100%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS é uma sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, tendo sido constituída e iniciada suas operações em 9 de novembro de 1972 nos termos da autorização contida na Lei nº. 5.792, de 11 de julho de 1972. Foi controladora de 54 empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, sendo 27 empresas de telefonia fixa, 26 empresas de telefonia celular e uma empresa de telefonia de longa distância, até a sua cisão em 22 de maio de 1998.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 22 de maio de 1998, foi aprovada a cisão parcial da TELEBRÁS, resultando na constituição de 12 (doze) novas empresas controladoras, que foram privatizadas em 29 de julho de 1998, permanecendo não mais com a função de controladora do Sistema TELEBRÁS.

Em decorrência dessa cisão, ocorrida em 22 de maio de 1998 (data-base de 28 de fevereiro de 1998), a TELEBRÁS deixou de possuir ativos operacionais geradores de receita, mantendo-se, a partir de então, basicamente por meio de receitas obtidas em aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2008, a União detinha diretamente 76,46% das ações ordinárias com direito a voto e 47,60% de seu capital total, que, somados às participações detidas por outras empresas federais, totalizam 51,38% do capital.

Atualmente, a Empresa exerce todas as atividades institucionais como ente integrante da Administração Pública Federal. Responde pelo seu contencioso judicial, mantendo em seu quadro funcional, empregados cedidos com ônus para a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Presidência da República, Ministério das Comunicações, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério dos Transportes. Cumpre, ainda, com todas as obrigações perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em função dos mais de dois milhões de acionistas, sendo a UNIÃO o acionista majoritário.

A Administração continua intensificando esforços para a redução de despesas para o funcionamento da Empresa, objetivando a preservação de sua permanência institucional, como previsto no Programa de Dispendios Globais (PDG) do exercício de 2008 aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme Decreto nº 6.646 de 18 de novembro de 2008.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Critério de Elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 e adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, no que couber, com as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e foram examinadas por auditores independentes.

## 2.2 Lei nº 11.638 de 28/12/2007 e MP nº 449 de 03/12/2008 – Alterações

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e a MP nº 449 de 03 de dezembro de 2008, alterou e revogou diversos dispositivos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (Lei das Sociedades por Ações). Essas alterações devem ser aplicadas às demonstrações contábeis encerradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As mudanças promovidas pela citada Lei e MP, demandaram a emissão de deliberações pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM regulamentando os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, visando inclusive, a harmonização e a preservação da comparabilidade com as normas internacionais.

As principais alterações introduzidas referem-se a:

- Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. No caso das companhias abertas a Demonstração do Valor Adicionado – DVA também foi introduzida como peça obrigatória.
- Foi criada a rubrica “ajustes de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.
- Obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes.
- Instrumentos financeiros “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação” passam a ser avaliados a valor de mercado e os demais devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.
- Criação da rubrica “intangível” no Ativo Permanente.
- Eliminação da conta “reserva de reavaliação”.
- Criação da conta “reserva de incentivos fiscais”.
- Alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial.
- Obrigatoriedade da contabilização de novos ativos a valor de mercado, nos casos de incorporação, fusão ou cisão.
- Ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

Dentre as principais alterações nas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e da MP 449/2008, informamos abaixo somente aquelas que merecem destaque pela Sociedade:

Foi incluso a Demonstração do Valor Adicionado – DVA e a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a partir do presente exercício sem comparação com o exercício social de 2007.

Quanto ao critério dos instrumentos financeiros, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 a Empresa contabilizou a variação como ajuste de avaliação patrimonial o seu único ativo financeiro avaliado ao preço de mercado, a partir de 2008. Até 31.12.2007 o valor correspondente a perda ou ganho era contabilizado no resultado, havendo portanto um impacto irrelevante na demonstração do resultado. Quanto aos demais instrumentos financeiros estão demonstrados também na Nota Explicativa nº 16.

Quanto ao imobilizado e ao intangível da Empresa, ressalta-se que os mesmos entraram em operação neste ano, pois desde a cisão parcial ocorrida em 1998 até 31/12/2007, o imobilizado utilizado era totalmente alugado e/ou cedido, sem ônus. Diante da irrelevância do valor, não houve nenhum impacto no resultado contábil do exercício de 2008.

Quanto ao ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo a empresa atualmente não possui nenhuma operação que possa gerar algum efeito significativo.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Dessa forma, a TELEBRÁS, sem possuir ativos operacionais geradores de receita em decorrência da cisão parcial ocorrida em 22 de maio de 1998, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008 não provocaram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis de 31.12.2008.

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, estão demonstrados a seguir:

	Prejuízo	Patrimônio líquido
Saldos conforme demonstrações contábeis de 31/12/2008	(31.784)	3.840
Efeitos da Lei nº 11.638/2007 e MP nº449/2008:		
Perdas por ajuste ao valor mercado – Ações destinada à venda	800	-
Saldos anteriores à aplicação da Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008	(32.584)	3.840

Quanto a opção pelo RTT – Regime Tributário de Transição, a TELEBRÁS em princípio, apesar da irrelevância de valor optou pelo RTT, conforme estabelecido no art. 15 da MP 449/2008 para garantia das normas fiscais vigentes em 31/12/2007 e para atingir a neutralidade tributária em virtude da aplicação da Lei nº 11.638/2007, de dispositivos de natureza contábil introduzidos pela própria MP 449/2008 e de atos editados pela CVM e de forma irrevogável optará ou não na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009, dependendo de alterações ou ocorrências posteriores da citada Lei.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### ***a. Disponibilidades***

As disponibilidades financeiras estão representadas por numerário em trânsito, por depósitos em conta corrente e por aplicações de liquidez imediata (diária) junto ao Banco Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas estatais federais e estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária, encontram-se em fundos de investimento financeiro extramercado, que tem como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

#### ***b. Tributos a recuperar***

Os tributos a recuperar correspondem na quase totalidade ao imposto de renda retido na fonte por terceiros, a restituir pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

***c. Imposto de renda e contribuição social***

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

***d. Ativos realizáveis - Créditos***

Estão representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa, e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo. Vide Nota Explicativa nº 8.

***e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo***

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

***f. Imobilizado***

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo de 5 (cinco) anos no caso de equipamentos de informática e 10 (dez) anos no caso de equipamentos de energia e de telecomunicações. Vide Nota Explicativa nº 9.

***g. Intangível***

Estão representadas por licenças e direitos de uso de softwares relacionados a equipamentos de informática e de energia. A amortização das mesmas é calculada pelo método linear pelo prazo de 5 (cinco) anos. Vide Nota Explicativa nº 9.

***h. Provisões e obrigações trabalhistas***

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.



***i. Provisões para contingências***

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS nas ações judiciais em andamento na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

***j. Planos de benefícios pós-emprego***

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 19.

***k. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

***l. Apuração do resultado***

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

***m. Receitas (despesas) financeiras***

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais e obrigações, como provisão para contingências passivas e perdas judiciais.

***n. Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações***

O prejuízo e o VPA por mil ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 346.399.225 mil (líquida de 19.366 mil ações em tesouraria) ações ordinárias e 210.029.997 mil ações preferenciais, totalizando 556.429.222 mil ações em 31/12/2007 e 31/12/2008.

***o. Estimativas contábeis***

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, para o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)” e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas trimestralmente.

## 4 Disponibilidades

	31/12/2008	31/12/2007
Numerário em trânsito*	200.000	-
Contas bancárias	88	50
Aplicações FRF - Curto prazo - BB – Extramercado	<u>76.750</u>	<u>83.586</u>
Total	<u>276.838</u>	<u>83.636</u>

\* Refere-se a valor recebido da União Federal para futuro aumento de capital. Vide Nota Explicativa n ° 15.

## 5 Tributos a recuperar

No exercício, a movimentação da conta “tributos a recuperar” foi a seguinte:

Contas	Saldo 31/12/07	Adições principal	Adições juros SELIC	Compensação débitos	Saldo 31/12/08
IRRF sobre aplicação financeira e saldo negativo de Imposto de Renda	85.974	1.931	4.611	(2.396)	90.120
IRRF sobre Juros Capital Próprio – JCP	31.868	10	1.377	-	33.255
Outros (Imposto sobre Lucro Líquido e IRRF sobre remessa para o exterior)	2.395	-	104	-	2.499
Contribuição Social	<u>682</u>	<u>-</u>	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>751</u>
Total	<u>120.919</u>	<u>1.941</u>	<u>6.161</u>	<u>(2.396)</u>	<u>126.625</u>
Circulante	2.544				2.818
Longo prazo	118.375				123.807

No exercício de 2008, a Empresa efetuou a compensação de R\$ 2.396 (R\$ 2.516 em 2007) com débitos tributários relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariado e prestadores de serviço pessoa jurídica.

Do total dos créditos tributários em 31.12.2008, R\$ 113.056 (R\$ 108.101 em 31.12.2007) correspondem aos direitos creditícios cedidos para a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., por força de decisão judicial e efetuado por meio do Termo de Transação e Outras Avenças. Vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 13.

## 6 Imposto de renda e contribuição social

### a. Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas no resultado durante os exercícios de 2008 e 2007 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
Resultado contábil antes do IR e da CS	(31.784)	(31.784)	(24.200)	(24.200)
Adições permanentes	61	10	63	10
Exclusões permanentes	(202)	(202)	(96)	(96)
Diferenças temporárias	<u>26.028</u>	<u>26.028</u>	<u>20.122</u>	<u>20.122</u>
Adições temporárias:	<u>32.892</u>	<u>32.892</u>	<u>25.545</u>	<u>25.545</u>
Provisão contingências e encargos	27.349	27.349	22.550	22.550
Provisão fornecedores	44	44	49	49
Provisão PISP	3.539	3.539	2.230	2.230
Provisão Acordo Coletivo	11	11	195	195
V.M. dep. judiciais	1.462	1.462	500	500
Outras adições temporárias	487	487	21	21
Exclusões temporárias:	<u>(6.864)</u>	<u>(6.864)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>(5.423)</u>
Provisão fornecedores	( 49)	( 49)	( 86)	( 86)
Provisão para contingências	( 3.137)	( 3.137)	( 718)	( 718)
Provisão PISP	( 2.771)	( 2.771)	( 3.492)	( 3.492)
VM – Depósito Judiciais e outras	( 895)	( 895)	( 963)	( 963)
Ações destinadas à venda	-	-	(164)	(164)
Outras exclusões temporárias	(12)	(12)	-	-
Base de Cálculo Negativa	<u>(5.897)</u>	<u>(5.948)</u>	<u>(4.111)</u>	<u>(4.164)</u>

## **b. Créditos fiscais diferidos e não registrados**

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, com relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

Natureza	2008			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
<b>Créditos fiscais não registrados</b>				
Provisão para contingências	220.736	55.184	220.736	19.866
Provisão para programa desligamento de pessoal	36.711	9.178	36.711	3.304
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.143	1.286	5.143	463
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>237.860</u>	<u>59.465</u>	<u>238.319</u>	<u>21.449</u>
Total	<u>500.450</u>	<u>125.113</u>	<u>500.909</u>	<u>45.082</u>

Natureza	2007			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
<b>Créditos fiscais não registrados</b>				
Provisão para contingências	196.524	49.131	196.524	17.687
Provisão para programa desligamento de pessoal	35.944	8.986	35.944	3.235
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.936	1.484	5.936	534
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>231.842</u>	<u>57.960</u>	<u>232.250</u>	<u>20.902</u>
Total	<u>470.246</u>	<u>117.561</u>	<u>470.654</u>	<u>42.358</u>

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos a imposto de renda e da base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da contribuição social, em cada período-base.

## 7 Depósitos judiciais

### *Composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados (judiciais e extrajudiciais) às contingências passivas*

Natureza	A	B	A+B	
	Vinculados	Não vinculados	31/12/2008	31/12/2007
Cível	3.255	298	3.553	4.134
Trabalhista	5.606	874	6.480	8.068
Tributária	-	1.948	1.948	1.863
Total	<b><u>8.861</u></b>	<b><u>3.120</u></b>	<b><u>11.981</u></b>	<b><u>14.065</u></b>
Circulante	<b>5.335</b>	<b>57</b>	<b>5.392</b>	<b>4.213</b>
Não Circulante	<b>3.526</b>	<b>3.063</b>	<b>6.589</b>	<b>9.852</b>

Vide também Nota Explicativa nº 12.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRÁS figura como ré ou autora.

## 8 Outros ativos realizáveis – circulante

	31/12/2008	31/12/2007
Pessoal cedido a recuperar – ANATEL	4.554	4.743
Pessoal cedido a recuperar - Órgãos Governamentais	1.200	1.128
Ações destinadas à venda	1.950	4.347
Adiantamento a empregados	5	112
Aplicações FRF - Curto prazo - BB – Extramercado	377	377
Outros	<u>113</u>	<u>309</u>
Total	<b><u>8.199</u></b>	<b><u>11.016</u></b>

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários e os respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Estão inclusos valores referentes às provisões de férias, 13º salário e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente.

O saldo referente às ações destinadas à venda corresponde a ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado e disponíveis para negociação.

## 9 Imobilizado e Intangível

### 9.1 Imobilizado

Natureza do Imobilizado	Taxa Anual de Depreciação %	Custos	31/12/2008	31/12/2007	
			Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Estoque de imobilizado para uso futuro	-	-	-	-	280
Equipamentos de computação	20	273	(54)	219	-
Outros equipamentos comuns	10	<u>13</u>	<u>(1)</u>	<u>12</u>	<u>-</u>
Total		<u>286</u>	<u>(55)</u>	<u>231</u>	<u>280</u>

Em operação desde janeiro de 2008.

### 9.2 Intangível

Natureza do Intangível	Taxa Anual de Amortização %	Custos	31/12/2008	31/12/2007	
			Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Aquisição de intangível para aplicação futura	-	-	-	-	21
Direitos de uso de softwares e licenças	20	27	(6)	21	-
Total		<u>27</u>	<u>(6)</u>	<u>21</u>	<u>21</u>

Em operação desde janeiro de 2008.

## 10 Pessoal, encargos e benefícios sociais

	31/12/2008	31/12/2007
Salários e honorários a pagar	1.170	1.020
Consignação a recolher – parte empregados	569	468
Encargos sociais a recolher	473	474
Benefícios sociais a recolher	100	104
Provisões trabalhistas e encargos sobre férias	2.618	2.666
Provisão Acordo Coletivo	<u>426</u>	<u>195</u>
Total	<u>5.356</u>	<u>4.927</u>

## 11 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Para adequar a Empresa ao período pós-privatização, para o exercício somente das funções essenciais ao seu funcionamento como empresa sem ativos operacionais, foi iniciado, em setembro de 1998, o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)”. Esse programa tem por objetivo proporcionar suporte financeiro para os empregados da Empresa, inclusive os cedidos para a ANATEL e demais órgãos governamentais, quando do desligamento funcional e contempla as verbas decisórias e indenizatórias, as obrigações contidas em acordos coletivos de trabalho, bem como aquelas decorrentes de serviços prestados, tais como indenização pecuniária de alimentação, de assistência médica e de seguridade social.

Em 31 de dezembro de 2008, a provisão desse programa apresenta o saldo no passivo circulante de R\$ 36.711 (R\$ 35.944 em 2007). No exercício de 2008 foi provisionado no resultado o valor de R\$ 3.539 (R\$ 2.230 em 2007).

## 12 Contingências passivas

Em 31/12/2008, a TELEBRÁS é ré em 1.103 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária (877 em 31/12/2007), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda, conforme a seguir, e com base nessas avaliações, é dado o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		31/12/2008	31/12/2007
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	160	152
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	221	307
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	<u>722</u>	<u>418</u>
	Total	1.103	877

### 12.1. Contingências de perda provável (provisionadas)

#### a. Contingências líquidas de depósitos judiciais

Natureza	31/12/2008		31/12/2007		(-) Depósitos Judiciais	Líquido	Líquido
	Quantidade de Ações	Provisões	Quantidade de Ações	Provisões			
Cível	33	27	209.605	3.255	206.350	182.071	
Trabalhista	<u>127</u>	<u>125</u>	<u>11.131</u>	<u>5.606</u>	<u>5.525</u>	<u>4.491</u>	
Total	<u>160</u>	<u>152</u>	<u>220.736</u>	<u>8.861</u>	<u>211.875</u>	<u>186.562</u>	
Circulante		9.677	5.335	4.342	2.237		
Não Circulante		211.059	3.526	207.533	184.325		

Do saldo de R\$ 206.350 em 31/12/2008 de contingências cíveis provisionadas, líquidas dos depósitos judiciais (R\$ 182.071 em 31/12/2007), destaca-se R\$ 197.326 (R\$ 174.138 em 31/12/2007), referente a 8 ações judiciais que contestam a distribuição de dividendos efetuada pela Empresa e aprovada pelas AGOs de 1994 e 1995, questionando a não inclusão na base de cálculo dos dividendos, da reserva de correção monetária do capital social da TELEBRÁS.

Destacam-se também duas ações cíveis, relevantes, uma delas no valor de R\$ 4.483 em 31/12/2008 (R\$ 3.949 em 31/12/2007), onde são requeridas diferenças de ações da Empresa, decorrente de conversão de debêntures em aumento de capital social impugnado em 1990; e outra no valor de R\$ 2.822 em 31/12/2008 (R\$ 2.338 em 31/12/2007) referente a ilegalidade na transferência/venda de ações da Empresa.

Do total de 127 ações trabalhistas, 57 requerem o pagamento de expurgos inflacionários do cálculo da multa de 40% sobre os saldos de FGTS.

#### ***b. Movimentação das provisões para contingências***

<b>Saldo de 31.12.2006</b>	<b>174.692</b>
Adições Líquidas	2.652
Baixas Contra Depósitos Judiciais	(718)
Atualização – Encargos Financeiros	19.898
<b>Saldo de 31.12.2007</b>	<b>196.524</b>
Adições Líquidas	3.901
Baixas Contra Depósitos Judiciais	(3.137)
Atualização – Encargos Financeiros	23.448
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>220.736</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.677</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>211.059</b>

#### ***c. Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências***

<b>Saldo de 31.12.2006</b>	<b>7.260</b>
Adições Líquidas	3.050
Baixas	(914)
Atualização – Encargos Financeiros	566
<b>Saldo de 31.12.2007</b>	<b>9.962</b>
Adições Líquidas	2.729
Baixas	(4.510)
Atualização – Encargos Financeiros	680
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>8.861</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.335</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.526</b>

#### ***12.2. Contingências de risco possível (não provisionadas)***

Natureza	Quantidade de Ações		Valor	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Cível	118	124	12.919	13.194
Trabalhista	99	180	4.066	6.878
Tributária	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>15.473</u>	<u>14.931</u>
Total	<u>221</u>	<u>307</u>	<u>32.458</u>	<u>35.003</u>



Entre as 221 ações avaliadas como de perda possível em 31/12/2008 (307 em 31/12/2007), que se dividem em 118 ações cíveis, 99 ações trabalhistas e 4 ações tributárias, destacamos as mais relevantes, conforme a seguir:

- Pleito referente a pagamento de diferenças de valores entre as ações da TELEBRÁS capitalizadas pelo valor patrimonial e as ações das operadoras de telefonia do ex-Sistema TELEBRÁS, capitalizadas pelo valor de mercado, decorrentes de contratos de participação financeira (autofinanciamento), realizados no aumento de capital promovido em 1997, representando R\$ 1.846 (R\$ 1.728 em 31/12/2007), referente a 23 ações cíveis.
- Pleito referente à declaração de direito a indenização por invalidez/perdas e danos no valor de R\$ 1.912 (R\$ 2.002 em 31/12/2007), relativo a 16 ações cíveis.
- Pleito referente à anulação decorrente de multa contratual, relativo a uma ação cível, no valor de R\$ 4.660 (R\$ 4.377 em 31/12/2007).
- Pleito referente a outras 78 ações cíveis, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 5.087 em 31.12.2007).
- Pleito referente à cobrança de FGTS - 40% sobre o Plano Collor no valor de R\$ 1.902 (R\$ 3.610 em 31/12/2007), relativo a 51 ações trabalhistas.
- Pleito referente a outras 48 ações trabalhistas, no valor de R\$ 2.164 (R\$ 3.268 em 31.12.2007).
- Pleito referente à cobrança de tributos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 15.344 (R\$ 14.011 em 31/12/2007), relativo à autuação fiscal referente à Impostos Federais, referente a 3 ações tributárias.
- Pleito referente à outra ação tributária pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 129.

### 13 Credores por perdas judiciais

Trata-se de obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, decorrente de sentença judicial, firmado com a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006 na Gazeta Mercantil. O valor total da obrigação, na data do balanço, está composto da seguinte forma:

Natureza	31/12/2008	31/12/2007
Valor parcelado – (10 parcelas)	12.182	14.094
<b>Circulante</b>	<b>12.182</b>	<b>14.094</b>
Valor parcelado	-	10.841
Valor lastreado por direitos creditícios de natureza tributária	113.056	108.101
<b>Não Circulante</b>	<b>113.056</b>	<b>118.942</b>
<b>Total geral</b>	<b>125.238</b>	<b>133.036</b>

Conforme previsto no referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação (R\$ 113.056 em 31/12/2008 e R\$ 108.101 em 31/12/2007) e que se referem a créditos de saldos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos.

## 14 Outras obrigações – Passivo Circulante

	31/12/2008	31/12/2007
Empresas de telecomunicações – cisão – 1998*	31.777	21.663
Fornecedores de materiais e serviços	104	599
Consignações a favor de terceiros	133	314
Diversas obrigações	<u>-</u>	<u>506</u>
<b>Total</b>	<b>32.014</b>	<b>23.082</b>

\* Refere-se a valores recebidos por conta de empresas de telecomunicações pendentes de acertos contábeis mediante parecer jurídico, em fase de estudo.

## 15 Patrimônio Líquido e Recursos para Aumento de Capital

### a. Capital social

Em 31/12/2008 e 31/12/2007, o capital social no valor R\$ 219.455, subscrito e integralizado, compõe-se de 556.448.588 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2008	31/12/2007
Ações ordinárias – Milhares	346.418.591	346.418.591
Ações preferenciais – Milhares	<u>210.029.997</u>	<u>210.029.997</u>
Total	<u>556.448.588</u>	<u>556.448.588</u>
Valor patrimonial por mil ações - R\$	<u>(0,353)</u>	<u>(0,294)</u>

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Empresa possuía 19.366 mil ações ordinárias em tesouraria.

### b. Recursos para Aumento de Capital

Em função do Decreto de 23/12/2008, publicado em 24/12/2008 no Diário Oficial da União e do Fato Relevante entregue na CVM no dia 26/12/2008 e publicado pela TELEBRÁS em 29/12/2008 no Correio Braziliense, Valor Econômico e Gazeta Mercantil, a União, acionista majoritário, repassou à TELEBRÁS, o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para aumento de capital da Empresa, com a emissão de novas ações, a ser aprovado na assembléia geral extraordinária de acionistas. O recurso visa promover o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro da Empresa.

### c. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Empresa e a permanência dos prejuízos acumulados até então, deixou de ser efetuado o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

#### **d. Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O valor referente ao ajuste de avaliação patrimonial corresponde a perda de ações destinadas a venda ajustado ao valor de mercado. Vide também Nota Explicativa nº 16.

#### **e. Ações em Tesouraria**

O valor das ações em tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS, ocorrida em 22/05/1998.

## **16 Instrumentos financeiros**

A Empresa não possui operações com derivativos.

A Empresa possui como instrumentos financeiros, além das aplicações financeiras de liquidez imediata em disponibilidades, as quais estão avaliadas ao custo, acrescido de rendimentos até a data do balanço, cujas taxas negociadas eram compatíveis com as condições de mercado (R\$ 76.750 em 31/12/2008 e R\$ 86.586 em 31/12/2007), o numerário em trânsito (recursos da União para aumento de capital – R\$ 200.000 em 31.12.2008) e equivalentes a caixa (R\$ 50 em 31/12/2007 e R\$ 88 em 31/12/2008). Vide Nota Explicativa nº 4.

Possui aplicações financeiras contabilizadas em outros ativos realizáveis do circulante, bloqueadas no Banco do Brasil para garantia de aluguel (R\$ 377 em 31/12/2008 e R\$ 377 em 31/12/2007), cujos rendimentos encontram-se liberados para saque imediato no mesmo fundo de investimento do disponível. Vide Notas Explicativas nºs. 4 e 8.

Considerando as características próprias da situação atual da TELEBRÁS, o único ativo financeiro suscetível de avaliação pelo valor de mercado corresponde às ações destinadas à venda, avaliadas a valor de mercado (R\$ 1.950 em 31/12/2008 e R\$ 4.347 em 31/12/2007), as quais estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC e cujos valores foram ajustados ao preço de mercado. Vide Nota Explicativa nº 8 e movimentação abaixo:

#### **Movimentação das Ações destinadas à venda**

<b>Saldo de 31.12.2007</b>	<b>4.347</b>
Recebimento pela venda na Bolsa de Valores – BOVESPA	(1.590)
Despesas diversas sobre venda	(7)
Perdas por ajuste ao valor de mercado – (AVP)	(800)
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>1.950</b>

## 17 Composição das principais rubricas da demonstração de resultados

### 17.1 Outras receitas operacionais

	2008	2007
Recuperação de Contingências Judiciais	-	130
Obrigações prescritas com autofinanciamento	-	1.004
Dividendos/JCP	222	155
Outras receitas operacionais	<u>260</u>	<u>40</u>
Total	<u>482</u>	<u>1.329</u>

### 17.2 Despesas gerais e administrativas

	2008	2007
Serviços de terceiros e outras despesas administrativas	3.933	3.933
Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.612	2.013
Aluguéis	407	608
Depreciação, amortização e material	<u>96</u>	<u>35</u>
Total	<u>6.048</u>	<u>6.589</u>

### 17.3 Despesas com Perdas Judiciais

	2008	2007
Outras perdas não provisionadas e ajustes	<u>1.410</u>	<u>819</u>
Total	<u>1.410</u>	<u>819</u>

### 17.4 Resultado Financeiro

	2008	2007
Receitas financeiras:		
De aplicações com liquidez imediata	9.649	10.232
De tributos a recuperar	6.161	5.864
De depósitos judiciais	896	963
De ações destinadas à venda	<u>-</u>	<u>164</u>
Total	<u>16.706</u>	<u>17.223</u>
Despesas financeiras:		
Credores diversos - empresas de telecomunicações	(3.290)	(2.231)
De CPMF	(1)	(192)
De Contingências – Juros	(17.422)	(15.140)
De Contingências – Variação Monetária	(6.025)	(4.758)
De Perdas Judiciais – Variação Monetária	(7.105)	(7.999)
De Outros Passivos	<u>(6)</u>	<u>(74)</u>
Total	<u>(33.849)</u>	<u>(30.394)</u>
Resultado Financeiro	<u>(17.143)</u>	<u>(13.171)</u>

## 18 Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRÁS.

No exercício de 2008, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Empresa, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 13,3 e R\$ 1,3, respectivamente, e o salário médio foi de R\$ 4,5.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2008, foi de R\$ 18,6.

## 19 Planos de benefícios pós-emprego

### a. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRÁS e outras Empresas do antigo Sistema TELEBRÁS patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL). Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL eram solidárias em relação a todos os planos então existentes. Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos e que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000, resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da Sistel visaram a adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a nova realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRÁS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS - A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL a partir de 1º de fevereiro de 2000.

A partir de dezembro de 2000, atendendo ao que dispõe os art. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passou a ser utilizada, na determinação do custeio desses planos, a paridade contributiva entre patrocinadora e empregados, decisão que foi ratificada pelo Conselho de Curadores da Fundação Sistel de Seguridade Social em Reunião Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2000, passando a contribuição previdencial devida pela patrocinadora a ser de 8% (oito por cento) sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

Assim, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos:

- **PBS – A**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes de todas as patrocinadoras assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS), já aposentados até 31 de janeiro de 2000, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

- **PBS – TELEBRÁS**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRÁS, não mais havendo a solidariedade entre as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel.

- **PAMA**

Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA), constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistidos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados quando do uso dos benefícios. Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições das patrocinadoras a razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS'S.

- **TELEBRÁSPREV**

É um plano misto de previdência complementar denominado TELEBRÁSPREV, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério de Previdência Social, em 3 de dezembro de 2002 na modalidade de contribuição definida para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRÁS, e não está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro, que foi implantado no primeiro semestre de 2003.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007 os planos apresentavam as seguintes posições contábeis:

- **PBS - TELEBRÁS e PBS - A**

	<u>PBS - TELEBRÁS</u>		<u>PBS-A</u>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Provisões matemáticas e fundos	237.581	218.096	6.326.312	4.674.487
Outros exigíveis	<u>3.864</u>	<u>3.697</u>	<u>121.641</u>	<u>107.903</u>
Total das provisões/fundos s e outros exigíveis	241.445	221.793	6.447.953	4.782.390
(-) Total dos ativos dos planos	<u>259.637</u>	<u>247.938</u>	<u>7.313.111</u>	<u>7.147.645</u>
(=) Superávit acumulado	18.192	26.145	865.158	2.365.255

Durante o exercício de 2008 a Empresa efetuou contribuições ao Plano PBS-TELEBRÁS no montante de R\$ 153 (R\$ 175 em 2007).

A TELEBRÁS contribui como patrocinadora do PBS-TELEBRÁS pelo percentual de 6,67% sobre a folha de acordo com art. 1º da Resolução CGPC nº 01, de 20 de dezembro de 2000, fundamentado nos arts. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de novembro de 1998.

- **PAMA**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Fundos assistencial e administrativo	587.168	580.653
Outros exigíveis	<u>27.130</u>	<u>25.984</u>
Total dos fundos e outros exigíveis	<u>614.298</u>	<u>606.637</u>
Total dos ativos do plano	614.298	606.637

Durante o exercício de 2008 a Empresa efetuou contribuições ao PAMA no montante de R\$ 34 (R\$ 39 em 2007).

- **TELEBRÁSPREV**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Provisões matemáticas e fundos	403.868	396.130
Outros exigíveis	<u>958</u>	<u>1.033</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>404.826</u>	<u>397.163</u>
(-) Total do ativo do plano	<u>406.783</u>	<u>418.096</u>
(=) Superávit acumulado	1.957	20.933

Durante o exercício de 2008, a Empresa efetuou contribuições ao TELEBRÁSPREV no montante de R\$ 456 (R\$ 472 em 2007).

#### **b. Deliberação CVM 371 - Contabilização de Planos de Benefícios a Empregados**

Atendendo ao que dispõe a Deliberação CVM nº 371, divulgamos a seguir as informações sobre os planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela TELEBRÁS.

Apesar dos planos estarem superavitários, nenhum ativo ou resultado desses planos foi reconhecido pela patrocinadora, em razão da impossibilidade legal de reembolso desses ganhos.

1) **Conciliação dos Ativos e Passivos**

	<b>2008</b>			
	<b>PBS- ASSISTIDO S</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPRE V</b>	<b>PAMA</b>
<b>Total do passivo atuarial</b>	<b>278.920</b>	<b>63.117</b>	<b>182.472</b>	<b>26.926</b>
Valor justo dos ativos do plano	(489.538)	(237.689)	(305.368)	(13.421)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(210.618)	(174.572)	(122.896)	13.505
Ajustes p/ diferimentos permitidos – (Ganhos)/P. atuariais não reconhec.	(76.577)	-	-	-
<b>Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(134.041)</b>	<b>(174.572)</b>	<b>(122.896)</b>	<b>13.505</b>
	<b>2007</b>			
	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
<b>Total do passivo atuarial</b>	<b>301.060</b>	<b>67.607</b>	<b>173.291</b>	<b>28.436</b>
Valor justo dos ativos do plano	(484.768)	(227.124)	(315.250)	(13.015)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(183.708)	(159.517)	(141.959)	15.421
Ajustes p/ diferimentos permitidos – (Ganhos)/P. atuariais não reconhec.	(69.845)	-	(9.736)	-
<b>Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(113.863)</b>	<b>(159.517)</b>	<b>(132.223)</b>	<b>15.421</b>

2) **Movimentação do ativo/ passivo atuarial líquido**

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
<b>(Ativo) passivo líquido em 31.12.2007</b>	<b>(113.863)</b>	<b>(159.517)</b>	<b>(132.223)</b>	<b>15.421</b>
Despesa (receita) reconhecida do resultado do ano anterior	(20.178)	(16.207)	(25.694)	1.532
Contribuição da Patrocinadora vertidas no ano	-	(157)	-	(27)
(Ganhos) ou perdas atuariais/reconhecidos	-	(1.309)	35.021	(3.421)
<b>(Ativo) passivo líquido em 31.12.2008</b>	<b>(134.041)</b>	<b>(174.572)</b>	<b>(122.896)</b>	<b>13.505</b>



### 3) Movimentação do passivo atuarial

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
<b>Passivo atuarial em 31.12.2007</b>	<b>301.060</b>	<b>67.607</b>	<b>122.810</b>	<b>28.436</b>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	396	123	63
Juros sobre obrigação atuarial	29.503	6.692	12.244	2.855
Benefícios pagos no ano	(27.612)	(4.587)	(6.579)	(1.456)
Obrigações – (G)/P	16.850	3.426	12.419	2.053
Valor das obrigações calculadas no fim do ano com base nas premissas do ano anterior	319.801	73.534	141.017	31.951
(Ganhos)/Perdas nas obrigações decorrente da alteração de premissas*	(40.881)	(10.417)	(4.354)	(5.025)
<b>Passivo atuarial em 31.12.2008</b>	<b>278.920</b>	<b>63.117</b>	<b>136.663</b>	<b>26.926</b>

\*(Ganhos)/Perdas apurados em decorrência da atualização da taxa de desconto em 31/12/2008.

### 4) Movimentação dos ativos dos planos

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
<b>Valor justo dos ativos em 31.12.2007</b>	<b>484.768</b>	<b>227.125</b>	<b>264.769</b>	<b>13.015</b>
Benefícios pagos no ano	(27.612)	(4.587)	(6.579)	(1.455)
Contribuição de participante vertidas no ano	-	178	-	-
Contribuição de patrocinadora vertidas no ano	-	156	-	27
Rendimento efetivo dos ativos no ano	32.382	14.817	1.369	1.834
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31.12.2008</b>	<b>489.538</b>	<b>237.689</b>	<b>259.559</b>	<b>13.421</b>

### Plano de Assistência Médica ao Aposentado – PAMA

A Administração da Empresa, com base na opinião de seus consultores jurídicos e dos consultores jurídicos e atuariais da SISTEL, entende que o compromisso das patrocinadoras do PAMA, com a SISTEL, é de natureza não atuarial, caracterizando como um Plano de Contribuição Definida, posto que pode ser alterado no nível de cobertura ou até mesmo liquidado, se constatado que o ativo não corresponde à prestação de serviços previstos.

Embora a Empresa esteja suportada por opiniões de seus consultores jurídicos e atuariais, quanto à caracterização do PAMA como um plano de contribuição definida, não existe garantia de que questionamentos judiciais não poderão advir, resultando em um eventual contencioso futuro. Assim, a Administração da TELEBRÁS, objetivando ser transparente com os seus acionistas, informa que caso o PAMA tivesse de ser avaliado atuarialmente nos moldes de um plano de benefício definido, considerando a participação proporcional da TELEBRÁS nos ativos e passivos do plano multipatrocinado para 31 de dezembro de 2008, o valor estimado das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano, e, portanto, seu eventual passivo líquido atuarial contingente, seria da ordem de R\$ 13.505 (em 2007 de R\$ 15.421).

### 5) Despesas previstas para 2009

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
Juros sobre obrigações atuariais	33.264	7.536	16.330	3.187
Rendimento esperado dos ativos do plano	(53.746)	(33.413)	(37.526)	(1.765)
(Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecido	(27.623)	-	-	-
Custo do serviço corrente (com juros)	-	317	85	49
Aumento do passivo (ativo) na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-	-	-	-
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	(48.105)	(25.560)	(21.111)	1.471
Contribuições esperadas de participante para o próximo ano (parcela BD)	-	(174)	-	-
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	(48.105)	(25.734)	(21.111)	1.471
Valor esperado das contribuições definidas de patrocinadora	-	-	357	-

- Não inclui despesa administrativa esperada para o ano de 2009 para os planos: PBS-ASSISTIDOS e PBS-TELEBRÁS.
- O cálculo apresentado no plano TELEBRÁSPREV exclui o custo relativo à parcela de Contribuição Definida. Os custos apresentados não incluem a despesa administrativa esperada para o exercício de 2009, no valor de R\$ 39,7 mil.
- Ressaltamos que os valores demonstrados acima não serão objetos de registro contábeis pela Empresa.

## 6) Premissas Atuariais adotadas nos cálculos em 2008

	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELE- BRÁSPREV	PAMA
Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	12,55%	12,44%	12,34%	12,13%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano:	11,30%	14,20%	14,70%	13,80%
Índice estimado de aumento nominal de salários:	Não Aplicável	4,50%	4,50%	Não Aplicável
Índice estimado de aumento nominal de benefícios:	4,50%	4,50%	4,50%	Não Aplicável
Taxa anual de crescimento dos custos médicos:	-	-	-	7,64%
Custo anual per capita dos serviços médicos R\$ (calculado na idade de 35 anos) - Grupo PCE	-	-	-	369
Custo anual per capita dos serviços médicos R\$ (calculado na idade de 35 anos) - Grupo PAMA	-	-	-	766
Agravamento na utilização dos serviços médicos (para cada 1 ano adicional de idade)	-	-	-	4,00%
Taxa anual estimada da inflação no longo prazo:	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral:	*AT83	*AT83	*AT83	*AT83
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos:	IAPB57	IAPB57	IAPB57	IAPB57
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Não Aplicável	Mercer Dis.	Mercer Dis.	Mercer Dis.

### Outras informações:

- 1) \*AT83 é segregada por sexo em todos os planos.
- 2) A taxa de rotatividade esperada não se aplica ao PBS-ASSISTIDOS, são nulas nos planos: PBS-TELEBRÁS e PAMA e  $0,15/(\text{tempo de serviço} + 1)$ , nula a partir de 50 anos no plano TELEBRÁSPREV.
- 3) A probabilidade de ingresso em aposentadoria não se aplica ao PBS-ASSISTIDOS e nos planos: PBS-TELEBRÁS E TELEBRÁSPREV é de 100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano.
- 4) A idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos é de 5% ao atingir 52 anos de idade e 10 de participação, 3% cada ano subsequente, 100% na elegibilidade à aposentadoria normal no PAMA.

## 20 Outras Informações

### **Cessão de pessoal da TELEBRÁS para a ANATEL e outros Órgãos Governamentais**

Em 31/12/2008 estavam cedidos 186 empregados à ANATEL (197 em 31/12/2007) e 40 para outros órgãos governamentais (41 em 31/12/2007), com ônus para as cessionárias, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, no total de 231 empregados e ainda um empregado cedido para o SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal (um em 31/12/2007), com ônus para a TELEBRÁS.

Em 20 de maio de 2004, foi editada a Lei nº 10.871 (DOU de 21 de maio de 2004), que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências, a qual estabelece no seu § 2º do art. 27 - *“Os empregados das entidades integrantes da Administração Pública que na data da publicação da Lei estejam requisitados pelas Agências Reguladoras permanecerão nessa condição, inclusive no exercício de funções comissionadas e cargos comissionados técnicos, salvo devolução do empregado à entidade de origem, ou por motivo de rescisão ou extinção do contrato de trabalho”*.

## 21 Evento subsequente

A Assembléia Geral Extraordinária – AGE, realizada no dia 19.02.2009, aprovou a proposta da Diretoria da TELEBRÁS de aumentar o capital social de R\$ 219.454.543,77 (Duzentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos) para R\$ 419.454.543,77 (Quatrocentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), visando promover o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, em conformidade com o Decreto de 23 de Dezembro de 2008, publicado no DOU de 24/12/2008, seção I, página 26.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

**CNPJ nº. 00.336.701/0001-04**

**Companhia Aberta  
Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos  
Em 31 de dezembro de 2008 e 2007**

	2008	2007
Total do Ativo R\$	423.895 Mil	R\$ 229.937 Mil
Prejuízo R\$	(31.784) Mil	R\$ (24.200) Mil
Prejuízo por lote de mil ações R\$	(0,057)	R\$ (0,043)

**ADMINISTRAÇÃO**

**JORGE DA MOTTA E SILVA**

Conselheiro de Administração, Presidente da  
Empresa e Diretor de Relações com Investidores

**RONALDO DUTRA DE ARAÚJO**

Presidente do Conselho de Administração

**ANTONIO VICENTE DOS SANTOS**

Conselheiro de Administração

**ROBERTO MACEDO DE SIQUEIRA**

Conselheiro de Administração

**ROGÉRIO SANTANNA DOS SANTOS**

Conselheiro de Administração

**MINORU ODA**

Conselheiro de Administração

**MANOEL ELIAS MOREIRA**

Diretor Superintendente

---

**LORIVAL SOUZA DA SILVA**

Gerente do Departamento de Controle

**REGINALDO ALVES MACHADO**

Contador CRC-SP 80.775-T-DF

AO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS ACIONISTAS DA  
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS  
BRASÍLIA - DF

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos; o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS em 31 de dezembro de 2008 e o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2008, um Capital Circulante Líquido de R\$ 197,3 milhões, satisfatório pelos conceitos de liquidez, contudo, conforme Notas Explicativas 4 e 15, R\$ 200 milhões, refere-se à numerário em trânsito recebido da União Federal para futuro aumento de capital. Apesar deste aporte, que reverteu a situação de Passivo a Descoberto apresentado no exercício anterior, a Companhia manteve o histórico de prejuízo no exercício, apurando o valor de R\$ 31,8 milhões, evidenciando tendência à reversão de seu patrimônio líquido nos próximos exercícios. Desta forma os fatores aqui evidenciados devem ser considerados numa avaliação da continuidade operacional da Companhia.

5. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, datado de 20 de fevereiro de 2008, sem ressalvas, mas com parágrafos de ênfase quanto à incerteza de aproveitamento dos impostos a recuperar, quanto ao não provisionamento das Contingências avaliadas como possíveis pelos consultores jurídicos da Companhia e quanto ao risco à continuidade em virtude da apresentação de Passivo a Descoberto. Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Brasília, 30 de janeiro de 2009.

UHY MOREIRA - AUDITORES  
CRC RS 3717 S DF  
JORGE LUIZ M. CEREJA  
Contador CRC RS 43679 S DF  
Sócio - Responsável Técnico

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás, nesta data, em cumprimento ao determinado nos incisos II e VII do Artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e nos incisos II e VII do Artigo 53 do Estatuto Social da Empresa, examinou o *Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2008* (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas). Com arrimo nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, **UHY MOREIRA – AUDITORES**, o Conselho Fiscal, entendendo que as citadas demonstrações examinadas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, manifesta-se favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília-DF, 02 de março de 2009.

---

GUILHERME SEVERIANO DE REZENDE VIEGAS  
Presidente do Conselho

---

ANTONIO CARLOS DA SILVA ESTEVÃO  
Conselheiro

---

CARLOS ALBERTO PEREIRA DA ROCHA  
Conselheiro

---

MARIA TEREZA DE ASSIS LOPES  
Conselheira

---

RAQUEL CRISTINA FARIA  
Conselheira